

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.504.997
Preferenciais	0
Total	1.504.997
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2020	Dividendo	31/12/2020	Ordinária		0,00167

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	11.799.406	12.525.033
1.01	Ativo Circulante	421.230	1.059.638
1.01.01	Disponibilidades	10.649	319
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	344.030	993.240
1.01.02.02	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	344.030	993.240
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	18.519	18.577
1.01.03.01	Carteira Propria	18.519	18.577
1.01.08	Outros Créditos	47.452	46.922
1.01.08.01	Rendas a Receber	45.927	45.927
1.01.08.02	Diversos	1.525	995
1.01.09	Outros Valores e Bens	580	580
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.101.203	8.207.230
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.091.287	8.048.757
1.02.01.01	Aplicações em Depositos Interfinanceiros	8.091.287	8.048.757
1.02.07	Outros Créditos	9.916	158.473
1.02.07.01	Créditos Tributários	817	817
1.02.07.02	Diversos	9.099	157.656
1.03	Ativo Permanente	3.276.973	3.258.165
1.03.01	Investimentos	3.276.973	3.258.165
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	3.276.973	3.258.165

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	11.799.406	12.525.033
2.01	Passivo Circulante	9.122	32.353
2.01.09	Outras Obrigações	9.122	32.353
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	2.517	2.517
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	6.204	29.474
2.01.09.04	Diversas	401	362
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.703.803	7.434.962
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.702.986	7.285.951
2.02.03.01	Recursos de Debentures	6.702.986	7.285.951
2.02.09	Outras Obrigações	817	149.011
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	0	148.194
2.02.09.02	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	817	817
2.05	Patrimônio Líquido	5.086.481	5.057.718
2.05.01	Capital Social Realizado	2.414.968	2.414.968
2.05.04	Reservas de Lucro	2.670.319	2.641.569
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.194	1.181

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	91.756	359.098
3.01.02	Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	91.756	359.098
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-73.905	-324.760
3.02.01	Captação no Mercado	-73.905	-324.760
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	17.851	34.338
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	17.466	64.252
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-488	-4.693
3.04.04	Despesas Tributárias	-841	-1.603
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-3
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	18.795	70.551
3.05	Resultado Operacional	35.317	98.590
3.06	Resultado Não Operacional	60	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	35.377	98.590
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-6.627	-12.162
3.08.01	Devidos sobre Operações do Período	-6.627	-9.881
3.08.02	A Compensar referente Adições Temporárias	0	-2.281
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	28.750	86.428
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,02000	0,06000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	28.750	86.428
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13	10
4.02.01	Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	13	10
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.763	86.438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	667.200	10.156.877
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	83.860	342.918
6.01.01.01	Lucro Líquido	28.750	86.428
6.01.01.02	Resultado de Participações em Coligadas/Controlada	-18.795	-70.551
6.01.01.05	Provisão de Tributos Diferidos	0	2.281
6.01.01.07	Resultado de Juros de Debêntures	73.905	324.760
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	583.340	9.813.959
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	606.680	9.811.163
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Títulos e Valores Mobiliários	58	-1.347
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Outros Créditos	148.027	8.613
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	-141.560	-1.221
6.01.02.08	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-29.865	-3.249
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-656.870	-8.913.483
6.03.01	Captação (Resgate) por Debêntures (inclui juros pagos)	-656.870	-8.913.483
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.330	1.243.394
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	319	8.129.345
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.649	9.372.739

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.414.968	0	0	2.641.569	0	1.181	5.057.718
5.03	Saldo Ajustado	2.414.968	0	0	2.641.569	0	1.181	5.057.718
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	28.750	0	28.750
5.05	Destinações	0	0	0	28.750	-28.750	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	28.750	-28.750	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	28.750	-28.750	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	13	13
5.07.04	Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	0	0	0	0	0	13	13
5.13	Saldo Final	2.414.968	0	0	2.670.319	0	1.194	5.086.481

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.414.968	0	0	2.892.371	0	1.227	5.308.566
5.03	Saldo Ajustado	2.414.968	0	0	2.892.371	0	1.227	5.308.566
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	86.428	0	86.428
5.05	Destinações	0	0	0	86.428	-86.428	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	86.428	-86.428	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	86.428	-86.428	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	10	10
5.07.04	Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	0	0	0	0	0	10	10
5.13	Saldo Final	2.414.968	0	0	2.978.799	0	1.237	5.395.004

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	91.816	359.098
7.01.01	Intermediação Financeira	91.816	359.098
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-73.905	-324.763
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-488	-4.693
7.03.04	Outros	-488	-4.693
7.04	Valor Adicionado Bruto	17.423	29.642
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.423	29.642
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.795	70.551
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.795	70.551
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.218	100.193
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	36.218	100.193
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.468	13.765
7.09.02.01	Federais	7.468	13.765
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.750	86.428
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.750	86.428

Comentário do Desempenho

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 31/03 de 2020 e de 2019, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Resultado e Patrimônio Líquido

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 28,7 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 5.086,4 milhões. O Lucro Líquido por Ação - básico e diluído - foi de R\$ 0,02.

Ativos e Recursos Captados

Os Ativos totalizaram R\$ 11.799,4 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 8.445,8 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 6.702,9 milhões, correspondentes a recursos de Debêntures.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2020, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 23 de janeiro, 06 e 12 de fevereiro - revisão sobre cálculos e liquidação de impostos e aderência a normativa tributária.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 08 de maio de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01/03 a 31/03 de 2020 e 2019

(Em Milhares de Reais)

Nota 1 – Contexto Operacional

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas exclusivamente no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de maio de 2020.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Nota 3 – Políticas Contábeis Significativas

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras com vencimento igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados na seguinte categoria:
- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Notas Explicativas

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para Ativos Financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

d) Investimentos - Em coligadas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 5.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outras Obrigações;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a administração da DIBENS LEASING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Notas Explicativas

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- f) Imposto de Renda e Contribuição Social** - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Nota 4 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

- a) Títulos para Negociação** - Carteira composta por Cotas de Fundos de Investimentos que tem valor justo de R\$ 18.519 (R\$ 18.577 em 31/12/2019) com vencimento até 365 dias, nível 2.
- b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/03/2020 e 31/12/2019 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.
- c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas

Nota 5 – Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

A DIBENS LEASING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/03/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	148.194	142.633
Encargos sobre Tributos	-	5.561
Pagamento	(148.194)	-
Saldo Final (Nota 6b) (*)	-	148.194

(*) Registrado em Outras Obrigações.

A DIBENS LEASING, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Notas Explicativas

Nota 6 - Tributos

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social	15,00%	ISS	até 5,00%

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos Sobre Operações do Período	01/01 a 31/03/2020	01/01 a 31/03/2019
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	35.377	98.590
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(14.151)	(39.436)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas	7.518	28.220
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis (*)	6	(946)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.627)	(12.162)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/03/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Pagar / Recolher	6.204	29.474
Obrigações Legais (Nota 5b)	-	148.194
Total	6.204	177.668

Notas Explicativas

Nota 7 - Investimentos em Coligadas

Empresa	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	% de Participação		Quantidade de Ações Ordinárias	Investimento em 31/12/2019	Movimentação		Investimento em 31/03/2020	Resultado de Participação em Coligadas de 01/01 a 31/03/2019
				Votante	Total			Outros Eventos (*)	Resultado de Participações em Coligadas		
Redecard S.A.	3.865.210	17.225.637	98.795	19,02	19,02	127.820.698	3.258.165	13	18.795	3.276.973	70.551

(*) Contempla eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Nota 8 - Recursos de Debêntures

Apresentamos os recursos de Debêntures, de natureza simples e pública, da espécie subordinada:

Características ⁽¹⁾	Nº Registro na CVM	Emitida ⁽²⁾	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação
			Em Circulação		Em Tesouraria		31/03/2020	31/12/2019		
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019				
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	4	4	4	-	-	96.811	95.838	01/03/2035	não há
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	2	2	2	-	-	13.863	13.724	01/03/2035	01/03/2035
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	7	7	7	-	-	16.191	16.029	01/03/2035	não há
5ª Emissão - Série Única - BLAN15	SER/DEB-2005/013	12	12	12	-	-	57.654	57.074	01/03/2035	não há
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	49	49	49	-	-	35.342	34.987	01/03/2035	não há
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	12.726	11.745	12.726	981	-	389.906	435.035	01/03/2035	01/10/2024
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	252	252	252	-	-	964.607	954.914	01/03/2035	não há
4ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	141	141	141	-	-	46.035	45.572	01/03/2035	não há
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	2	2	2	-	-	48.847	48.357	01/03/2035	não há
5ª Emissão - Série Única - BFBL15	SEP/GER/DEB-97/105	58	58	58	-	-	122.238	121.010	01/03/2035	não há
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	54.952	48.713	54.952	6.239	-	1.844.653	2.060.011	01/03/2035	01/03/2035
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	39.367	36.467	39.367	2.900	-	1.220.389	1.304.193	01/03/2035	não há
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	39.080	35.018	39.080	4.062	-	1.120.344	1.237.729	01/03/2035	não há
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/012	520	-	520	520	-	1	2.493	01/03/2035	não há
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	12	12	12	-	-	53.707	53.313	01/03/2035	não há
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	39.077	32.285	39.077	6.792	-	672.398	805.672	01/03/2035	não há
Total		186.261	164.767	186.261	21.494	-	6.702.986	7.285.951		

(1) A periodicidade do pagamento dos juros é no vencimento, sendo os juros 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Cancelamento parcial de 1.238.793, 307.642 e 191.055 debêntures em tesouraria conforme AGE de 01/03/2019, 06/08/2019 e 13/12/2019, respectivamente.

Notas Explicativas

Nota 9 – Patrimônio Líquido

- a) Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.
- c) Reservas de Lucros** - Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da AGO/E.

Nota 10 - Partes Relacionadas

- a)** As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:
- Controladoras - acionistas direto: Itaú Unibanco S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa Investimentos Itaú S.A.;
 - Controladas - as participações diretas da DIBENS LEASING, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
 - Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
 - Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa Investimentos Itaú S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/03/2020	31/12/2019	01/01 a 31/03/2020	01/01 a 31/03/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)		8.445.864	9.042.175	91.534	358.684
Controladoras	3,65% / 100% SELIC	8.445.864	9.042.175	91.534	350.764
Controladas		-	-	-	7.920
Títulos e Valores Mobiliários		18.519	18.576	181	273
Controladas		-	-	(11)	(55)
Fundos de Investimentos		18.519	18.576	192	328
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - Debêntures		(6.702.986)	(7.285.951)	(73.905)	(324.760)
Controladoras	100% DI	(6.702.986)	(7.285.951)	(73.905)	(324.760)
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(54)	(50)	(3)	(1)
Controladoras		(54)	(50)	(3)	(1)
Doações		-	-	-	(3.000)
Outras		-	-	-	(3.000)

(*) Contempla as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com vencimento igual ou inferior a 90 dias, que no Balanço Patrimonial são apresentadas na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa.

- b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pela controladora Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas

Nota 11 – Informações Complementares

- a) **Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação risco x retorno.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Risco Operacional” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

- b) **Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

- c) **Combate aos efeitos da COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A DIBENS LEASING monitora os efeitos econômicos desta pandemia, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora indireta, que acompanha diariamente os efeitos da propagação da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

Assim, até a data desta divulgação, o Itaú Unibanco Holding S.A. identificou impactos na precificação de seus instrumentos financeiros, decorrentes da alta volatilidade nos mercados.

Cabe destacar que a DIBENS LEASING mantém suas atividades operacionais, mesmo com medidas adotadas para contenção da COVID-19, e continua acompanhando e avaliando os impactos identificados desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

CNPJ 65.654.303/0001-73

Companhia Aberta

NIRE 35300130707

DECLARAÇÃO

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020.

São Paulo (SP), 8 de maio de 2020.

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
Diretor

RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
Diretor

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva

Contador CRC 1SP171089/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, §1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020. São Paulo (SP), 8 de maio de 2020.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, §1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a março de 2020. São Paulo (SP), 8 de maio de 2020.